

## QUADRO IX

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2013  
**COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO 2013**  
 (Art. 5º, Inciso I, LRF)

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2013		ORÇAMENTO 2013		Variação %
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	
Receita Total	17.796.421	16.865.449	18.933.038	17.942.606	6,39
Receitas Primárias (I)	17.140.532	16.243.870	17.762.338	16.833.148	3,63
Despesa Total	17.796.421	16.865.449	18.933.038	17.942.606	6,39
Despesas Primárias (II)	17.129.540	16.233.454	18.270.402	17.314.634	6,66
Resultado Primário (III) = (I - II)	10.992	10.417	(508.063)	(481.485)	(4.722,24)
Resultado Nominal	1.730.453	1.639.929	1.730.453	1.639.929	0,00
Dívida Pública Consolidada	5.778.634	5.476.340	5.778.634	5.476.340	0,00
Dívida Consolidada Líquida	4.866.419	4.611.845	4.866.419	4.611.845	0,00

cenário macroeconômico considerado:

VARIÁVEIS	2013
PIB real (crescimento % anual)	4,36
IPCA (% anual)	5,52

**QUADRO IX**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2013**  
**COMPATIBILIDADE DO ORÇAMENTO COM AS METAS FISCAIS DA LDO 2013 - MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
**(Art. 5º, Inciso I da Lei Complementar nº 101, de 2000)**

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	LDO 2013		ORÇAMENTO 2013	
	PIB (P1)	1,0436	PIB (P2)	1,0436
	IPCA (I1)	1,0552	IPCA (I2)	1,0552
	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO	
	corrente (A)	constante (B) = A/I1	corrente (C)	constante (D) = C/I1/I2
<b>I - RECEITAS FISCAIS</b>				
<b>I.1 - Receitas Correntes + Capital (C)</b>	<b>17.796.421</b>	<b>16.865.449</b>	<b>18.933.038</b>	<b>17.942.606</b>
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária	11.855.908	11.235.697	12.329.404	11.684.424
I.1.1.1 - Receita Tributária (menos IRPQN) <sup>(1)</sup>	9.306.130	8.819.304	9.659.460	9.154.151
I.1.1.2 - Imposto de Renda (IRPQN)	2.152.333	2.039.739	2.152.333	2.039.739
I.1.1.3 - Outras Receitas de Origem Tributária <sup>(1)</sup>	397.445	376.654	517.611	490.534
I.1.2 - Transferências da União <sup>(2)</sup>	-	-	-	-
I.1.3 - Demais Receitas <sup>(3)</sup>	5.940.513	5.629.751	6.603.634	6.258.182
<b>I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)</b>	<b>655.889</b>	<b>621.578</b>	<b>1.170.700</b>	<b>1.109.458</b>
I.2.1 - Aplicações Financeiras <sup>(4)</sup>	132.176	125.262	138.800	131.539
I.2.2 - Operações de Crédito <sup>(5)</sup>	508.912	482.290	1.007.504	954.799
I.2.3 - Alienação de Bens	6.520	6.179	15.915	15.083
I.2.4 - Amortizações	8.281	7.848	8.481	8.038
<b>Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)</b>	<b>17.140.532</b>	<b>16.243.870</b>	<b>17.762.338</b>	<b>16.833.148</b>
<b>II - DESPESAS FISCAIS</b>				
<b>II.1 - Despesas Correntes + Capital (D)</b>	<b>17.796.421</b>	<b>16.865.449</b>	<b>18.933.038</b>	<b>17.942.606</b>
II.1.1 - Pessoal e encargos <sup>(6)</sup>	9.082.643	8.607.508	8.691.585	8.236.908
II.1.2 - Demais Despesas <sup>(3)</sup>	8.713.779	8.257.940	10.241.453	9.705.698
<b>II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)</b>	<b>666.881</b>	<b>631.995</b>	<b>662.636</b>	<b>627.972</b>
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida <sup>(5)</sup>	211.884	200.800	194.746	184.559
II.2.2 - Amortização da Dívida <sup>(5)</sup>	185.868	176.145	193.104	183.003
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	269.129	255.050	274.785	260.411
II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integr.	-	-	-	-
<b>Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)</b>	<b>17.129.540</b>	<b>16.233.454</b>	<b>18.270.402</b>	<b>17.314.634</b>
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (A - B)</b>	<b>10.992</b>	<b>10.417</b>	<b>(508.063)</b>	<b>(481.485)</b>
<b>IV - RESULTADO NOMINAL</b>	<b>1.730.453</b>	<b>1.639.929</b>	<b>1.730.453</b>	<b>1.639.929</b>
<b>V - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA <sup>(5)</sup></b>	<b>5.778.634</b>	<b>5.476.340</b>	<b>5.778.634</b>	<b>5.476.340</b>
<b>VI - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA <sup>(5)</sup></b>	<b>4.866.419</b>	<b>4.611.845</b>	<b>4.866.419</b>	<b>4.611.845</b>

**NOTAS:**

(1) As estimativas das Receitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de 2013 à 2015, valores correntes, foram informados pela Secretaria de Estado de Fazenda.

(2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002 os recursos destinados a atender as áreas de segurança, saúde e educação são gerenciados diretamente pela Esfera Federal, motivo pelo qual não consta do sistema contábil do Distrito Federal.

(3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram alocados nas demais despesas (item II.1.2).

(4) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das receitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.

(5) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, em valores correntes, foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.

(6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a 2013, foram obtidas a partir de estimativa, tendo por base o valor realizado no mês de junho/2012, acrescidas de crescimento vegetativo de 3,7% e também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajuste geral do Servidor e nomeações decorrentes de concurso público, constantes de anexo a esta Lei.

**Observações:**

1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha" que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final de determinado ano em relação ao apurado no final do ano anterior.

2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da LDO.

3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do Banco Central do Brasil, na data de referência 13/04/2012.

4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional e são apenas indicativas.

5) Devido a sinalização do Governo Federal de viabilizar os repasses necessários ao processo de aceleração dos investimentos necessários à Capital Federal, com vistas a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, necessário se fez implementar o PLOA 2013 com tais estimativas. Por essa razão, necessário se faz modificar, também, as metas de resultado primário da LDO do exercício de 2013 e seguintes, a fim de evitar o descumprimento da já fixada.